EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)

Cursos Gerais – Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos **2.ª FASE**

2005

PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO

É permitido o uso da Constituição da República Portuguesa **não anotada**, **5.ª Revisão Constitucional** (Lei Constitucional n.º 1/2001, de 12 de Dezembro) ou **6.ª Revisão Constitucional** (Lei Constitucional n.º 1/2004, de 24 de Julho).

Esta prova é constituída por quatro grupos:

– Grupo **I**, constituído por cinco itens, dos quais só deverá responder a quatro;

– Grupo **II**, constituído por três itens de resposta obrigatória;

– Grupo **III**, constituído por três itens de resposta obrigatória;

– Grupo **IV**, constituído por dois temas em opção.

Nos grupos **I** e **IV**, dê atenção às instruções que antecedem os respectivos itens e temas.

Todas as respostas deverão ser perfeitamente legíveis. Quando se verificar um engano, este deve ser riscado e corrigido à frente. Não é permitido o uso de corrector.

I

Neste Grupo, após a leitura do texto, deverá responder **APENAS a 4** dos 5 itens apresentados. Se responder a todos os itens, só as quatro primeiras respostas serão classificadas.

«O efeito jurídico das normas constitucionais relativas aos direitos dos consumidores manifesta-se no seu carácter de imposições de legislação. Tratando-se, no seu conteúdo principal, de direitos a prestações públicas, o dever que lhes corresponde da parte do Estado é, em primeira linha, o *dever de legislar*.»

José Carlos Vieira de Andrade, «Os direitos dos consumidores como direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976», in *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. LXXVIII, 2002

1. As normas constitucionais encontram-se no topo da hierarquia das leis.
   Refira em que consiste o princípio da hierarquia das leis.

2. As normas constantes da legislação em matéria de direitos do consumidor são direito objectivo.
   Defina direito objectivo.

3. O Estado exerce as suas funções através dos órgãos de soberania.
   Indique três órgãos de soberania do Estado Português.

4. O não cumprimento pelo Estado do dever de legislar pode dar origem ao aparecimento de lacunas da lei.
   Diga o que se entende por lacunas da lei.

5. A função legislativa é uma das funções do Estado.
   Mencione três outras funções do Estado.

II

Neste grupo, **todos** os itens são de resposta obrigatória.

O Decreto-Lei n.º 324/2003, de 27 de Dezembro, alterou a redacção do Art.º 15.º do Código das Custas Judiciais. Na nova redacção deste artigo, todos os actos processuais que forem praticados através de correio electrónico, ou de outro meio de transmissão electrónica de dados, têm como consequência a redução da taxa de justiça em um décimo. A correspondência do Tribunal com os advogados estará, assim, mais facilitada com o recurso às novas tecnologias da informação.

1. O Art.º 15.º do Código das Custas Judiciais foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 324/2003.
   Dê a noção de decreto-lei.

2. Os juízes, no desempenho das suas funções, beneficiam de determinados atributos ou garantias.
   Explique em que consistem os atributos de independência e de irresponsabilidade dos juízes.

3. As novas tecnologias vão permitir que a comunicação entre Tribunais e advogados se possa realizar, também, através de correio electrónico.
   Relacione Direito com mudança social, tendo em atenção a afirmação anterior.

III

Neste grupo, **todos** os itens são de resposta obrigatória.

Leia com atenção o seguinte artigo do Código Civil.

Art.º 1219.º

1. *O empreiteiro não responde pelos defeitos da obra, se o dono a aceitar sem reserva, com conhecimento deles.*
2. *Presumem-se conhecidos os defeitos aparentes, tenha ou não havido verificação da obra.*

Atendendo ao disposto no artigo acima transcrito, considere a seguinte situação:

João decidiu construir uma casa de férias no Algarve, tendo celebrado um contrato de empreitada com Alberto, empreiteiro. Quando João tomou posse da casa, no início de Agosto, verificou que as janelas não tinham vidros duplos, conforme o projecto, nem tinha sido construída a chaminé para o forno existente numa construção, no jardim. No entanto, só decorridos cinco anos e meio sobre a aceitação da obra é que decidiu reclamar uma indemnização ao empreiteiro, o qual alegou nada dever, uma vez que João aceitara tacitamente a situação, pois já vinha a utilizar a casa sem levantar objecções.

1. A realização de um contrato de empreitada exige a verificação de determinados requisitos.
   Indique três dos elementos essenciais genéricos dos contratos.

2. Para construir a casa, João contraiu um empréstimo, dando como garantia uma hipoteca sobre o terreno em que esta ia ser construída.
   Explique em que consiste a hipoteca.

3. **Justifique**, com base no artigo transcrito, se o empreiteiro incorre em responsabilidade civil contratual, por incumprimento do contrato.

Este Grupo é constituído por dois temas de desenvolvimento.

Leia com atenção cada um dos temas propostos e responda **APENAS a UM deles**, à sua escolha. No caso de responder aos dois temas, só a primeira resposta será classificada.

TEMA A

Quando falamos em liberdade individual e/ou pessoal, falamos num direito do homem, com validez universal e de dimensão jusnaturalista.

O direito à segurança constitui o garante do livre exercício dos direitos da pessoa, comportando duas dimensões: uma, que está estritamente associada ao direito à liberdade, no sentido de direito à segurança perante agressões dos poderes públicos; outra, que se traduz num direito à protecção através dos poderes públicos contra as agressões ou ameaças de outrem.

Manuel Domingos Antunes Dias, *Liberdade, Cidadania e Segurança*, Livraria Almedina, 2001 (adaptado)

Analise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- Direito Positivo e Direito Natural;
- valor Segurança, nos sentidos de paz social e de protecção dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

TEMA B

A Ordem dos Advogados considera que o decreto-lei que regula o comércio electrónico poderá conter inconstitucionalidades e vai pedir ao Provedor de Justiça a análise do diploma sob esse prisma. Em causa está o facto de o Governo só ter pedido autorização legislativa para a aprovação da Directiva do comércio electrónico e de ter acrescentado matéria respeitante à privacidade, envolvendo questões de direitos, liberdades e garantias, da competência da Assembleia da República e que necessitavam de outra autorização.

Jornal *Público*, suplemento Computadores, 02.02.2004 (adaptado)

Analise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- papel do Provedor de Justiça num Estado de direito democrático;
- inconstitucionalidade orgânica e inconstitucionalidade material.

FIM

COTAÇÕES

I

1.	15 pontos
2.	15 pontos
3.	15 pontos
4.	15 pontos
5.	15 pontos
(4 × 15 pontos)	**60 pontos**

II

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	55 pontos

III

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	55 pontos

IV

Tema A ou **B**	30 pontos
	30 pontos

TOTAL ..... **200 pontos**